

Entrevista com Jeanine Oliveira¹: As águas, crises hídricas, responsáveis e alternativas

Interview with Jeanine Oliveira: Water, water crises, responsible and alternatives

Entrevista a Jeanine Oliveira: Agua, crisis del agua, responsables y alternativas

Entrevistadora: Helena Carvalho Coelho²

1. Apresentação: Militância ambiental, razão de vida³

Jeanine Oliveira é nascida e criada em Belo Horizonte. Desde a infância – imersa em uma cultura familiar de valorização, cuidado e respeito ao meio ambiente – foi naturalmente sendo forjada como ambientalista.

Ainda jovem, iniciou sua militância pela defesa dos recursos hídricos e das áreas verdes. Partiu com o Projeto Manuelzão para a Expedição do Rio das Velhas pela despoluição e a volta do peixe no Rio. Foi voluntária do Greenpeace no evento “Mudanças do Clima, mudanças de Vidas” – que percorrerá cidades do mundo – ajudando na montagem e na mobilização das pessoas em Belo Horizonte.

Ampliando sua atuação, ela se mobilizou pela coleta de assinaturas para a não canalização do Rio Arrudas (que corta Belo Horizonte); para a criação do Parque Gandarela (que tem águas superficiais e profundas importantes para a segurança hídrica da cidade, uma vegetação rara e é um belíssimo patrimônio paisagístico); e para a preservação da Serra do Curral.

Alargando sua participação, Jeanine tornou-se colaboradora e integrante de diversas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e Movimentos de proteção ao Meio Ambiente: Projeto Manuelzão, Eu Vilarinho, Fórum São Francisco, Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela, Campanha Nem Um Poço a Mais/FASE-ES, SOS Vargem das Flores. Pelo Projeto Manuelzão, Jeanine defende as águas urbanas (rios, abastecimento, esgotamento sanitário) e a preservação/restauração de áreas verdes. Ajuda no enfrentamento de empreendimentos desfavoráveis à preservação de áreas verdes e prejudiciais à população, além de dar ajuda técnica aos núcleos do Manuelzão que atuam nos arredores da cidade. A proteção da Serra do Curral

¹ Jeanine é militante e ambientalista, contato: E-mail: jea9nine@gmail.com. Orcid: 0000-0001-7122-6769

² Doutoranda em Direito pela UFMG, bolsista CAPES, pesquisadora do Observatório das Metrópoles Núcleo RMBH, diretora-adjunta da Revista Foz. E-mail: helenacarvalho9@gmail.com, Orcid: 0000-0003-0883-4264.

³ Texto da própria entrevistada Jeanine Oliveira

também tem sido seu foco de atenção, tendo ajudado na construção de dois grandes movimentos: “Abraça a Serra do Curral” e o “Mexeu com a Serra, mexeu comigo”. Após o rompimento da barragem de Brumadinho, colaborou com a construção do coletivo “Gabinete de Crise - Sociedade Civil”, criado para acompanhar o problema, ajudar a sociedade afetada e para debater um desenvolvimento sustentável. Na tentativa de impedir novos rompimentos, ela tem participado de inúmeras reuniões sobre a normatização do PL Mar de Lama com os órgãos responsáveis.

Jeanine faz parte de um coletivo que reúne ambientalistas, arquitetos, urbanistas que monitoram minerações, pensam em projetos sustentáveis, debatem as questões climáticas, buscam uma interlocução com a Prefeitura na busca de soluções para enchentes, desmatamento, abastecimento, ocupação ilegal de áreas ambientais. Ela também trabalha com mediação de conflitos em territórios urbanos, mobilização social, plantio de mudas e conscientização ambiental. Expressivamente na área da "Matinha", última remanescente do bioma cerrado dentro da cidade. E como membro do “Coletivo de Bike”, discute alternativas de mobilidade na cidade.

Em 2018, tendo sua atuação reconhecida, foi eleita conselheira do Parque do Baleia e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Velhas no Subcomitê de bacia hidrográfica do Rio Arrudas. Sua militância e sua contribuição chamaram atenção do Partido Cidadania que lhe convidou para disputar as eleições para vereadora em 2020.

2. Entrevista: As águas, crises hídricas, responsáveis e alternativas

Helena: Considerando toda a sua trajetória de militância e de formação profissional e partindo da situação que vivemos no Brasil em relação tanto à escassez de recursos hídricos, cada vez mais recorrente, quanto às consequências de um planejamento urbano que desconsidera o fluxo natural das águas e o meio ambiente, trazemos aqui algumas perguntas:

Sabemos da variada e profunda importância dos rios na nossa sociedade, neste sentido, cabe-nos perguntar: como fazer a sua proteção considerando os limites do poder público perante a lógica econômica, o desequilíbrio de forças entre corporações e movimentos sociais e o afastamento da maior parte da população sobre estas causas?

Jeanine: O primeiro ponto é que precisamos do Estado realmente empenhado em proteger nossas riquezas naturais. O segundo é possibilitar a ampliação da participação da sociedade civil nos conselhos, nos processos decisórios. Há uma disparidade de forças. O poder econômico tem

muito mais força, dinheiro para atuar, para defender que um determinado empreendimento é legal, que o empreendimento será realizado com toda a segurança. A sociedade civil tem um número de representantes nos conselhos muito menor do que o poder econômico e é menos estruturada.

Quem deveria fazer a mediação, contrabalancear as forças é o Estado. Na Alemanha os conselhos ambientais são também compostos por três partes: o poder econômico, o Estado e a sociedade civil. Mas lá o poder econômico tem voz, mas não tem voto. É uma contrariedade deixar o setor votar naquilo que é de seu interesse. Essa discrepância de forças desestimula a participação das pessoas nas causas ambientais. É preciso uma instituição que faça a mediação equiparando as forças, seja ela o Ministério Público, seja uma Secretaria de Meio Ambiente ou o Presidente da República.

Vejamos, hoje as empresas são maiores que os Estados do ponto de vista econômico. Como um coletivo, um indivíduo ou uma organização vai enfrentar tamanha força? Não vai dar conta! Sem um mediador é desestimulante e isso eu posso dizer com propriedade. Têm inúmeras pessoas que não voltam a participar por acreditarem que a causa já está definida “Ah, já foi, eles já pagaram”, ou, “eles têm muito mais força”, ou “estarei trabalhando no dia e não poderei estar na audiência”. É fundamental ter um regulador do processo.

Helena: É porque acham que é em vão, as coisas já estão tão organizadas ali, que você é pequeno, é bem isso. Você quer comentar mais alguma coisa?

Jeanine: Acho que é isso e a educação também. Sem educação, sem entender de fato os processos, as pessoas não se mobilizam. Na maior parte das vezes, quem chega para contar sobre o empreendimento é o empreendedor, não é o Estado nem as organizações. Assim, inúmeras vezes, as pessoas acreditam que o empreendimento vai ser uma coisa boa para o território e se deixam levar. Nesse momento, o que geralmente acontece por parte das empresas é má-fé, é a omissão de informações, é uma maquiagem do processo e do empreendimento. Então é muito importante o processo de educação, principalmente de uma educação integrada com o ambiental, para as pessoas entenderem toda a complexidade que existe e que pode ser perdida. Para entenderem porque o meio ambiente é muito valioso para a nossa espécie, para a integridade da biodiversidade que existe no local que ela vive.

Helena: Sem dúvidas. Então, tentando fechar esse raciocínio, como fazer essa proteção do rio, considerando esses limites, do conflito do público e privado? Você acha que a gente consegue pensar soluções pontuais, você acredita para além da educação ambiental que a gente consegue pensar soluções individuais, como que nos articulamos poder público? Você tem alguém exemplo prático, até de experiência, de ativismo?

Jeanine: A primeira coisa é entender um pouco da Lei 9433 (BRASIL, 1997), que orienta sobre a gestão e conselhos de bacias hidrográficas. As pessoas precisam ocupar os conselhos, por mais que elas não tenham confiança nos processos, ou achem que não devam, que sua atuação será pouco efetiva. Por mais que hoje nós ambientalistas sejamos os perdedores nas votações dos conselhos, nossa presença significa produzir contra-argumentos, e, com certeza, no futuro serão utilizados.

Outro ponto são as ações locais. Existe um rio que passa perto da sua casa? Então você deve perguntar: Quem toma conta dele? Ele está poluído? Ele não está poluído, mas tem um cheiro forte? Quais ações você pode fazer para recuperá-lo ou preservá-lo? Trata-se de curiosidade, de procurar entender qual o contexto da bacia desse rio. Comece da nascente que tem perto da sua casa, para depois entender do córrego, da bacia, etc. Procure as pessoas que têm perto de você, que têm afinidade com o rio. As lideranças locais envolvidas com causas sociais geralmente têm sensibilidade para as causas ambientais. Com mais informações, você pode construir um coletivo, que não precisa ser institucionalizado formalmente, ter CNPJ, mas que consegue se mobilizar e por exemplo eleger vereadores em nome da causa e lutar por aquele rio, por aquela unidade territorial que é chamada de bacia hidrográfica.

É importante procurar as ONGs que têm na região. “Ah, mas aquela ONG está falando só de bicho!”. Não importa, crie redes, procure pessoas que têm afinidade e estão se nucleando. A ação local pode encontrar soluções. Não adianta ficar numa visão megalomaniaca: “Ah, mas estou na bacia do São Francisco”. Tudo bem, mas se você quiser resolver o problema do Rio São Francisco comece pela nascente que está do lado da sua casa, que é um afluente dele. Visite as comunidades, visite os ribeirinhos. Quando você começa a procurar no território, você encontra um nativo que já está cuidando até mesmo da própria nascente.

É preciso entender o território. É quase ser um detetive, querer saber o que está acontecendo, ler os documentos. Você vai encontrar dificuldades, mas procure ajuda, vá à

universidade pública, procure algum professor de Biologia, de Geografia, de Geologia, fale: “Eu quero entender esse documento”. É preciso proatividade para a coisa ser resolvida e enfrentar as barreiras tecnicistas. É um caminho e nele se você não sabe uma determinada coisa, aparece alguém que sabe ler o documento, depois aparece outro que sabe fazer o documento. Então é um processo de aprendizado mesmo e de formação de coletivo.

Helena: Com certeza, na mobilidade mesmo um dos caminhos que tenho visto, fazendo cartilhas, manuais de incidência, de como fazer, de onde procurar. Porque isso é muito difícil para as pessoas “comuns” e quando você coloca isso estruturado, a coisa passa a ser mais palpável. Eu acho que é um caminho que já ajuda bastante também. Tenho visto isso em alguns lugares.

Jeanine: Outra coisa fundamental é compreender quais são as responsabilidades de cada instituição, de cada órgão governamental. É importante saber qual instância tem competência para atuar sobre cada assunto. Isso é um processo de educação civil, uma obrigação do Estado. Nós como cidadãos temos o direito de conhecer, mas isso, geralmente, não acontece. Por isso falei da Lei 9433, relativa à gestão das águas e que envolve instâncias específicas.

Helena: Pois é, então fica essa tarefa para você, que está mais próxima, puxar, quem sabe? Fazer esse desenho. Inclusive eu sou grande admiradora da organização do comitê de bacias hidrografias. Porque, salvo engano, e eu venho do Direito ambiental também, a organização dos comitês das bacias é a melhor organização que temos, e isso é muito potente, até para pensar a poluição ambiental. Porque, um dos estudos que eu tive ainda na graduação, numa iniciação científica, foi sobre as bacias aéreas e como as bacias aéreas se comportam como bacias hidrográficas. Então, seria possível pensar as organizações de comitês a partir das bacias hidrográficas para pensar as bacias aéreas e isso é incrível, principalmente nessa conjuntura que a gente está vivendo.

Jeanine: Sim e é uma política que corre risco direto. O IGAM⁴, que é o órgão ambiental

⁴ Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM). Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

estadual, responsável pela gestão de águas, tentou reduzir a 1/3 os comitês, o que é exatamente o contrário do nosso modelo, que é o mais “aplaudido” e referendado, o comitê do Velhas⁵, que possui subcomitês. O Rio Itabirito e o Rio Arrudas, subcomitês do Rio das Velhas, são realidades completamente distintas, mas todos eles estão na bacia do Rio das Velhas. Sabemos que modelo de gestão das águas deve ser cada vez mais fragmentando, nas menores bacias, colocando o indivíduo para atuar na sua realidade. Por isso eu disse que é importante procurar a nascente, depois o córrego e depois o rio. Senão a pessoa se perde. É uma unidade muito grande, o Rio das Velhas está inserido numa realidade geográfica de 15 municípios. As pessoas dizem que é pequena, mas não é, sejamos mais realistas.

Helena: Pois é, o Rio São Francisco mesmo abrange várias cidades e três estados.

Jeanine: Sim, são três estados, Bahia, Ceará e Minas, e os biomas são diferentes. O que eles têm em comum? Nada. Biomas diferentes, com uma inteligência de diversidade diferente, inclusive de interesses distintos, porque cada um desses estados vai usar a água do rio do jeito que lhe convém. Então é uma briga o que cada Estado deixa para o outro.

Helena: Quais os maiores riscos às águas no Brasil? Quais você acha que seriam os valores que nos devem orientar no conflito entre o interesse nacional e o interesse local por determinado bem ambiental ou conjunto de bens?

Jeanine: Eu vou responder por partes, porque isso é pegadinha. Qualquer pesquisa que você fizer sobre o que mais consome água, você vai ver que é o agronegócio e a agropecuária, que utilizam 70% dos recursos do Brasil. Isso se a gente estiver falando somente de águas fluviais (rio). Se a gente estiver falando de água subterrânea (água mineral), esta fica na legislação nacional dentro do código de atividade minerária. As empresas que vendem água e ou lidam com águas subterrâneas pedem à ANM⁶ uma lavra, porque na nossa legislação, no nosso ordenamento jurídico, é considerado minério.

Então, toda água mineral que sai do Brasil não entra nessa estatística, porque a água de

⁵ Referindo-se ao Rio das Velhas

⁶ Agência Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em 12 de agosto de 2020/.

uso é a água de rio. Então, paralelo a isso, há outro dado que é mais interessante de a gente trabalhar: Quais as atividades que impactam mais a água? Estragam, destroem, usam, poluem? Se for considerado que a agropecuária e o agronegócio estão usando 70% da água, essas atividades ainda estão dentro do ciclo da água. Mesmo que se gaste para molhar a planta, a água vai evaporar e vai cair de novo na bacia hidrográfica, é uma água de manutenção. Quando eu estou falando de impacto na água, eu não estou falando de uso natural, eu estou falando do uso que vai estragar, que vai poluir a água. Então há dois. O primeiro que mais impacta é a mineração e o segundo são os resíduos sólidos.

É necessário requalificar o imaginário do território, dos nativos, da população. Temos que voltar a colocar valor no que está perto, no que está local. Valorizar desde o micro. É um trabalho que abarca a educação. As pessoas precisam saber o que é uma bacia hidrográfica, isso bem explicado pode provocar mudanças nos contextos territoriais, pode movimentar valores urgentes. O valor da água, o que é nascente, olho d'água, brejo, áreas úmidas, etc. Retomar e recolocar valores nesses lugares, respeitar esses lugares. Se existe uma área de alagamento, devemos respeitar essa área de alagamento, porque o rio é um ser mutante. Ele aumenta e diminui, porque é da natureza dele. É preciso retomar o valor do que é pequeno, do território que está ao nosso lado, das coisas que são valiosas para nossa espécie.

Helena: na pergunta anterior você estava falando um pouco das próprias bacias ultrapassarem cidades, estados e, eventualmente, países. Imagino que a Bacia do Prata seja assim né, ela ultrapassa países. Então como você entende isso? Esse risco às águas?

Jeanine: A gente tem três bacias que fazem divisas internacionais. Isso está também na Lei 9433. Isso é geopolítica internacional. É preciso entender quais as vontades políticas do mundo para o Brasil e, mais especificamente, para a região que você habita. Aí você vai diminuindo, diminuindo a luta até chegar na sua casa. Então tem um plano, mercantil mesmo, do mundo, para todos os territórios.

É preciso entender quem é você nessa lógica toda! E a gente tem que ter clareza que o Brasil é um silo. Um silo grande, um lugar de produção de produtos brutos, não de produtos bem acabados. O país não está sendo bem planejado. A gente está sofrendo um processo desde 2003 de desindustrialização muito forte, por todos os governos que passaram. Vender minério de ferro é o

que? É vender produto bruto, é vender terra! Vender soja é o que? É vender grão. Então, por exemplo, éramos, até Fernando Henrique Cardoso, se não me engano, pioneiros em exportação de avião. A gente já não é mais por uma pressão do mercado externo que parou de comprar da gente. E isso é um plano, e precisamos entender quem somos nós nos planos deles.

E há uma contrariedade que a gente vai ter que exercer que é de não aceitar esse plano, porque não participamos dele. Que raios de plano é esse que não me consultou? Que não me perguntou? Eu não escolhi! Ninguém muda para uma zona de conflito, a gente nasce lá. Então, quando eu nasci naquele lugar que a mineradora queria se instalar, ninguém me consultou, ninguém virou para mim e falou: “olha, a gente vai colocar uma mineradora aqui, ela vai fazer isso e isso com o território, mas é bom para o mundo”. A desculpa é essa, que é bom para o mundo e que alguém está precisando disso. Mas e se eu não quiser? E se não for verdade? E se não for justo? Então, a gente vai ter que se organizar, e o termo mais novo e que me parece mais adequado é justiça ambiental. É preciso uma mobilização, uma organização social para contrariar aquelas vontades que são postas e de forma muito violenta nos territórios.

Como fazer? Comprovando metodologicamente outras vocações do território, e existe metodologia para isso. Por exemplo, se a vocação for turística, assim será. A gente não quer mais agronegócio, a gente quer agroflorestal, que respeita a mata nativa, produz alimento rico e de qualidade. Temos que contrariar esse modelo de exploração com outras vocações territoriais. Nem sempre o que a gente vai fazer no nosso território vem de outro enfrentamento, às vezes vem da evolução, da maturação de outro processo. Entender também porque em outros territórios essas vocações não conseguiram ganhar a briga. Por exemplo, por que em Conceição do Mato dentro, mesmo com toda aquela riqueza turística, a Anglo conseguiu se instalar com o projeto Minas Rio? Estragou metade da cidade, metade das riquezas naturais que existiam ali.

Quando todos nós tivermos maturidade vamos priorizar pautas. Um marco foi a briga com o PL de agrotóxico⁷. Mobilizou muita gente da causa ambiental, mostrou qual a potência quando a gente se organiza. Quando a coisa é muito escandalosa, eles aprovam uma coisa e pronto. Agora se eles aprovam uma coisa e 90% da população grita, aí a gente tem uma materialidade, tem um

⁷ BRASIL, Senado Federal. PL 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em 12 de agosto de 2020

atrito político para começar a ganhar guerras, para começar a ganhar essas disputas.

3. No Brasil, o desastre/crime de Mariana e Brumadinho foi um grande marco em termos de consequências negativas para o meio ambiente e para a sociedade. Com resposta insuficiente tanto do Poder Público quanto das empresas, posteriormente ainda ocorreram novos rompimentos de barragens e muitas outras se encontram em estado de alerta, podendo romper a qualquer momento. Pensando a partir dos atingidos, dos crimes da Samarco, Vale e BHP Billiton, o que restou de horizonte para as comunidades ribeirinhas? Se acha que restaram horizontes nesse caso.

Jeanine: O Brasil não é para iniciantes, não é mesmo? Mas vamos lá. Bacia hidrográfica do Rio Doce é uma grande bacia, pouca gente sabe disso, mas é uma bacia como do São Francisco, é uma grande bacia. E dela a gente tinha histórias de convívio e de conflitos muito antes da descoberta do Brasil. É um rio que tem muita importância. Água não é só para beber, mas também para rezar, para passar, para chover.

É preciso entender o que a gente perdeu. Não é fácil entender o que aconteceu com o Rio Doce. É um crime, não é um desastre, porque é premeditado, as pessoas sabiam que aquilo podia acontecer, as precauções não foram tomadas. Então a primeira coisa que a gente precisa entender são as instituições, a forma com que aquilo foi conduzido desde o início. Num primeiro momento a ex-presidente Dilma fez um sobrevoo, quando rompeu (a barragem)⁸, junto com a empresa, e foi na sede da empresa que ela deu sua entrevista a imprensa. E depois normatizou a coisa como desastre em um documento conhecido como acordão.

Veja como a coisa começou muito ruim. Se a figura máxima do Estado já normatizou o problema, fica muito difícil você culpabilizar as pessoas que são realmente culpadas por aquilo. Então tem que entender a dinâmica, tem que “desenhar” para essas pessoas a institucionalidade, o que é julgamento, o que são os atores institucionais, porque os promotores fazem aquilo. No caso do Rio Doce, o processo é uma verdadeira epopeia, eu acho que essa é a palavra mais correta, porque você ter dois estados, Minas Gerais e Espírito Santo, dois ministérios públicos e duas promotorias de defensoria e mais a o Réu. Tudo tem que ser acordado e ser de interesse comum.

⁸ Nota acrescentada pela revisora.

E a situação horrível de Brumadinho! O que o Estado permite ser feito nessa localidade é assistência, parece que a empresa torna-se o Estado, chamado Vale. O Estado está instrumentalizando via empresa e deixando a empresa se promover com isso, publicizar isso. O Estado pega “não sei quanto” de dinheiro de reparação e autoriza a gastar com kit Covid, e aí a empresa vai em rede nacional e posta que “a Vale está distribuindo não sei quantos kits Covid”, a empresa vai na tv/radio e noticia fazendo as pessoa entenderem que é doação e ninguém faz nada. Então a forma como o Estado está conduzindo a coisa já nasce pobre.

Helena: Mas o que você acha que restou de horizonte para essas populações?

Jeanine: É muito complexo em termos de metodologia a comprovação de crime, então essas coisas são análises laboratoriais, qualidade da água, doença e etc. A população tem que se apropriar disso e ter cada ver mais metodologias próprias, sociais. Existe metodologia social para medir níveis de turbidez nas águas, para ver se tem determinado contaminante na sua comida.... Cada vez mais temos que descentralizar o poder da técnica, que tem impedido que a justiça seja feita.

O conceito de assessoria técnica para os atingidos está sendo formado, e as comunidades precisam se apropriar desse. Em alguns lugares as ATI's estão bem, em outros muito ruim. Se o atingido está sofrendo, ele pode se organizar e procurar o Ministério Público para conseguir uma assessoria técnica, é uma premissa. E a comunidade não pode desacreditar das provas, porque uma prova uma vez dada, pode não surtir efeito no processo judicial que está correndo, mas pode servir em outro contexto. Então é importante documentar as provas, tirar foto do rio, ir registrando mesmo coisas menores, monitorar pequenos acontecimentos sociais para gerar provas.

Helena: Ainda na pergunta dos horizontes, o que você entende?

Jeanine: A ideia da ATI - Assessoria Técnica é essa, é o lugar onde a coisa se instrumentalizaria. Mas não temos esse lugar? Então é preciso voltar para a questão inicial: vamos ser curiosos. Vamos pesquisar, vamos entender! Não deu certo? É o que eu disse, há uma barreira técnica que impede as comunidades de poder chancelar as coisas. A disputa deve ser por outros saberes, porém, não recomendo que as comunidades e as pessoas esperem obter soluções

rapidamente.

A demora e o não resultado esperado desmobiliza as pessoas, porque elas acreditam que os resultados vão aparecer, mas nem sempre, porque existe um contexto. Por exemplo, o cerrado é um dos mais complexos do mundo e o que a gente mais destrói ultimamente. Por exemplo, em Brumadinho há vários territórios do cerrado que foram atingidos. O Rio Doce tem a restinga, um bioma também muito complexo, o ciclo dele é de 300 anos. Então é preciso entender que a gente faz parte de um todo, que está funcionando e que deve funcionar em conjunto, a gente age e reage em conjunto.

É um tempo geracional mesmo, entender que as recuperações e o horizonte estão realmente no futuro. O que hoje eu posso fazer no lugar onde estou? O possível hoje é compostagem, falar sobre o rio, criar um coletivo? Então a responsabilidade é de quem? É responsabilidade nossa, problema nosso. A gente tem que fazer.

Helena: Como tem sido a atuação dos movimentos com os atingidos, quais os atores mais presentes e quais as possíveis reparações?

Existem movimentos e articulações que são de mobilização em nível nacional, como o MAM⁹ e o MAB¹⁰. O Regenera Rio Doce, é uma articulação de movimentos do Rio doce. Às vezes, um coletivo não está pertinho de você, mas está na cidade vizinha. Procure saber quem são essas pessoas, com quem você tem afinidade. Os atingidos, independente dos movimentos, estão muito mobilizados.

Para estímulo, para economia local, que é algo que faz a comunidade resistir no território, tem que entender a vocação, cada um tem uma vocação que é parte da diversidade da resistência. “Ah, Jeanine, eu não levo o menor jeito pra brigar com os outros, mas eu sei fazer um mapa”. Outro pode dizer: “Ah, eu não gosto de fazer mapa, mas eu posso tirar foto”. Ou ainda, “Ah, eu não gosto de tirar foto, mas eu posso conversar com o fulano que tira”. É uma corrente de apoio.

Pessoalmente, eu acho que a reparação tem que ser integral, que é o termo que se usa. As empresas têm que arcar com a responsabilidade da vida e a manutenção de todas as comunidades e de toda a reparação daquele rio que foi danificado. “Ah, mas Jeanine, isso vai durar 200 anos”,

⁹ Movimento pela Soberania Popular na Mineração

¹⁰ Movimento dos Atingidos por Barragens

mas a empresa tem dinheiro para isso. “Ah, mas aí ela vai falir”. Então a falência vai ficar de experiência para o mercado, para a empresa. O Rio tem que ser reparado como estava antes. Afinal, do jeito como ele estava, as pessoas viviam bem, nadavam.... A vida que ali existia tem que ter condições para continuar.

Helena: no direito ambiental a gente fala que a reparação integral é impossível, porque é aquilo, o ser vivo, que a gente nem enxerga, ele não vai voltar a existir, é impossível que uma árvore brote e seja a mesma árvore com toda a flora e fauna que ali habitavam. Então é chegar até o mais próximo ou até melhor. Nós temos exemplos na Europa que nos provam essa possibilidade.

Jeanine: sim, isso mesmo, tem que ter vontade, vontade política, vontade institucional das empresas. A empresa tem que ser responsável pelo que faz, e não é no curto prazo, é no prazo que durar o empreendimento. Não é falta de recurso, é falta de vontade.

Helena: Diante da pressão do Ministério do Meio Ambiente para a desregulamentação de leis, como podemos vislumbrar uma organização política da sociedade que permita a participação decisiva de atores conscientes? Na conjuntura atual e com o presente nível de engajamento, o que podemos fazer para envolver mais a sociedade nesta luta?

Jeanine: A primeira coisa é o desgoverno, desde o presidente até a secretaria. A gente está muito mal governado. Para a reparação acontecer a gente precisa de um compromisso com o meio ambiente, formar uma ideia política diferente. E a gente é capaz disso.

Outro ponto é se a organização pode permitir maior participação. E é onde eu tenho militância, ativismo, atuação profissional mesmo. Quanto mais participação você tem no processo, mais rico e mais benéfico é. Os empreendedores não conseguem perceber isso, porque os empreendedores são a junção do patriarcado com o capitalismo, eles não têm uma visão. E nem os próprios gestores. Muitas vezes a gente consegue comprovar que é mais barato preservar do que plantar soja, do que ter atividade minerária, mas é o plano a nível internacional e teremos que lutar com ele.

Qual é o modelo que eu vejo para o futuro? Aquele que permita maior participação, e aí é com o Estado. São os conselhos, sejam quais forem. O nome disso é lobby, as empresas estão fazendo, e a gente precisa fazer. O lobby carrega um sentido negativo, mas o lobby é a influência que é exercida, então a gente precisa tomar conta dos espaços, então vai à Câmara de Vereadores e acompanha uma plenária. A gente precisa participar, é um enfrentamento de lugar. Os ativistas ambientais não querem ocupar esses espaços, porque tem um ranço na política, de que político não presta e isso é uma inverdade. Mas a gente precisa tomar isso. Porque as empresas estão nesses espaços. É preciso mobilizar, criar espaços, gritar, chamar os vizinhos, criar rede...

Agora, no contexto de Coronavírus, a gente fica muito engessado no digital, então a gente precisa criar métodos de agir digitalmente. A mobilização digital é “estética”, feita por “tuítaço”, todo mundo tal hora vai soltar uma *hashtag* #forasalles e aí você consegue calcular isso. A briga da questão do agrotóxico foi muito *online* e isso chegou a várias pessoas do BBrasi e no mundo. O conflito da bacia do Rio Doce tinha que sair todo dia no Jornal Nacional, todo dia tinha que ter uma matéria sobre isso, até o dia que isso se resolvesse, porque é uma coisa grande. É um Chernobyl! Então porque a gente não tem, esse acesso? Porque a gente não consegue brigar com ele. Vamos brigar por direito à comunicação e vai brigando de pouquinho em pouquinho.

Informação hoje é produto, não é mais conteúdo. Isso é uma coisa que a gente precisa retomar. O jornalismo, o quarto poder, como está na mão empresarial? Tinha que estar na mão do povo! Ficar falando sobre cachorrinho pet no Jornal Nacional... isso é um problema pequeno. Um problema grande é o rompimento de barragem. Como pode as pessoas do território não estarem sensibilizadas com o que acontece do lado! Eu duvido que, se milhões de pessoas ficassem sabendo o que está acontecendo, se elas não ficariam motivadas.

Helena: eu acredito, sendo excessivamente otimista, que a gente esteja hoje, nesse momento, pensando sobre a necessidade de estar presente estando de corpo ausente, como? Provocados a pensar novas tecnologias, pensando novas formas, porque a gente sabe que a mineração esta aumentando, que o desmatamento esta aumentando, as pessoas veem isso nessa região. E de repente essas pessoas, esses empreendimentos conseguiram uma conjuntura perfeita para continuar. Então até que ponto ficaremos em casa também?

Jeanine: Este momento de pandemia é para entender que essa forma de vida que vivemos

é criadora de crises. É a crise da água quando ela falta, é a crise da enchente quando a água sobra, é a crise financeira... Esse modo de vida que não tem nada a ver com a nossa natureza, com a nossa formação biológica, com a nossa história, está levando a gente para um outro lugar. A esperança nossa é de uma reconexão com as coisas que a gente precisa, porque senão elas não vão sobrar pra futuras gerações e não vão chegar para todo mundo.

Não adianta resolver um problema e criar outro, é preciso reconectar. Um conselho é que as pessoas pensem nelas enquanto ser, pensem na sua pele, na sua digestão. Tenho um amigo que diz assim: “Quer ver o cabra ficar com uma humildade danada, é comer uma empada de frango podre, ele vai ver como um ser que a gente nem enxerga faz tanto mal”. Então é muita interdependência nossa com o ecossistema para tanto descaso.

Se o seu conforto é andar de carro todos os dias, veja, o seu conforto está prejudicando sua respiração. A partir do momento que a gente mudar nossos estilos de vida, outros vão ter que mudar. A partir do momento que a gente cria contrapontos grandes demais, outros vão ter que mudar, porque eu não escolhi, os indígenas não escolheram, você não escolheu, ninguém escolheu esse raio de jeito de viver. Eu estou falando de carro, de celular... Ai de você se não tiver um celular, você fica desconectado. Ter vida, ter ar para respirar, ter o que comer e chegar num nível que a gente consiga ter conforto, isso é o ideal. Tem impacto que a gente não reverte nunca, então na hora de calculá-lo, você tem que pensar. O que estamos abrindo mão? Estamos abrindo mão em Minas Gerais de uma porção enorme do nosso território para uma atividade só, o que estamos perdendo? Isso vai valer para a comunidade?

Helena: Sim, isso mesmo, e pensar o quanto vale as nossas vidas?

4. Referências

BRASIL, Presidência da República. **LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997**. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Acesso em: 12 de agosto de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm

BRASIL, Senado Federal. PL 6299/2002. Altera os arts 3º e 9º da Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, que dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o

controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=46249>. Acesso em 12 de agosto de 2020

Instituto Mineiro de Gestão de Águas (IGAM). Disponível em: <http://www.igam.mg.gov.br/>. Acesso em 12 de agosto de 2020.

Agencia Nacional de Mineração (ANM). Disponível em: <https://www.gov.br/anm/pt-br>. Acesso em 12 de agosto de 2020/.

Data do envio: 31 de julho de 2020

Data do aceite: 25 de agosto de 2020

Data da publicação em ahead of print: 03 de setembro de 2020

Como citar:

OLIVEIRA, Jeanine. Entrevista com Jeanine Oliveira: As águas, crises hídricas, responsáveis e alternativas. Apresentação, transcrição e revisão Helena Carvalho Coelho. **Revista Científica Foz**, São Mateus, Espírito Santo, v.3 n.1, p. 28-42, jan./jul. 2020. ISSN 2594-8849. Disponível em: <https://revista.ivc.br/index.php/revistafoz/article/view/168/74>. Acesso em: _____